

# APRESENTAÇÃO

DOI: <http://dx.doi.org/10.23925/2176-2767.2023v76p3-10>



## **O conservadorismo religioso no Brasil contemporâneo: da marginalização historiográfica à relevância diante da ascensão fascista cristã – Uma apresentação**

### **A marginalidade do diálogo história e religião no Brasil**

A religião e suas interfaces são traços marcantes que ajudaram a estruturar a sociedade brasileira. Mesmo assim, dossiês/trabalhos/pesquisa sobre a relação de História e Religião são pouco presentes na via acadêmica brasileira. Pelo incrível que parece, é ainda mais raro a reflexão de História, Religião e Conservadorismo. O que chama a atenção pois, recentemente, ocorreram constantes atravessamentos sobre o tema: tanto diante dos anos dos vínculos da Ditadura civil-empresarial-brasileira, quanto o autoritário governo de Jair Messias Bolsonaro no Brasil. Nesse caso, se aferiu no contexto mais recente brasileiro a importância de reunir um conjunto de materiais sobre “Conservadorismo religioso no Brasil Contemporâneo”. Até porque uma face tenebrosa do conservadorismo religioso tornou-se poder no país.

Primeiramente, um dossiê desse tipo é angular, pois indica um espaço dedicado aos estudos de religião, de reflexão da história religiosa ou história das religiões, muitas vezes relegadas a segundo plano. É claro que pelas

margens da historiografia brotaram espaços como o GT de História da Religiões da ANPUH, que penou para se manter nos últimos anos e que, mais recentemente, vem recuperando o fôlego com a importante figura de Lyndon Santos. Na outra margem da historiografia de História das Religiões se apresenta a Associação de Brasileira de História da Religião, a ABHR, que trama mais traços interdisciplinares, tendo sido nos últimos anos um espaço amplo de diálogo entre historiadores, sociólogos, filósofos, antropólogos, geógrafos e psicólogos. De forma estratégica, a ABHR não tem tanto apelo às formalidades, bem como também não ostenta os altos preços dos eventos da ANPUH. Assim, a ABHR tem um caráter mais popular com a circulação de mais alunos de graduação e os pós-graduandos (TERZETTI FILHO, 2013).

Mesmo assim, com essas duas margens/iniciativas, as reflexões de História e Religião ainda carecem de uma maior iluminação, tal como a sociologia da religião tem nos estudos sociais e a antropologia da religião tem na antropologia. Até porque, pela urgência da análise do agora na sociologia/antropologia, os embates religiosos foram filtrados para os debates sobre a laicidade brasileira, secularização e a questão das periferias e os pentecostalismos. Pouco da historiografia brasileira contribuiu para a percepção das transformações ao longo do tempo dos dogmas, dos patrimônios religiosos, da história político-religiosa e das estruturas sócio religiosas no país, o que seria relevante diante de um país absolutamente religioso!

### **A ascensão e o conservadorismo religioso brasileiro no tempo de Bolsonaro**

Com esse dossiê trazemos à tona os debates sobre o tema conservadorismo religioso no Brasil contemporâneo. É importante que se lembre que se está saindo de um governo ultraconservador, e mais ainda, se reconhece que o governo se irradiou apresentando por setores tragados por suas ideias como parte do militarismo, alto empresariado e principalmente os cristianismos hegemônicos (PY, 2021). Contudo, a eleição de Bolsonaro foi consequência de uma série de acontecimentos na história do tempo imediato do país.

Ventos fortes chacoalharam o cenário político brasileiro na última década. Um marco temporal para isso foi a eclosão das manifestações de 2013, quando milhões de brasileiros de diferentes geografias foram às ruas manifestando suas opiniões políticas de forma direta. Na sequência se assistiu a uma série de acontecimentos que esgarçaram os limites institucionais democráticos. O impedimento – através de um Golpe Parlamentar - de Dilma Rousseff em 2016, o governo de Michel Temer, a organização formal da extrema-direita, seguido pelo extensivo uso da *lawfare* durante as eleições presidenciais de 2018. Tudo isso erigiu uma figura odiosa do ‘baixo clero’ da Câmara dos Deputados ao cargo maior do executivo nacional. Em meio a esse complexo processo de ascensão de Jair Messias Bolsonaro, nunca se falou tanto de política, conservadorismo, e, ao mesmo tempo, das religiões.

Tal cenário está diretamente ligado à extensiva instrumentalização do simbolismo religioso e conservador durante as duas últimas corridas presidenciais, isto é, 2018 e 2022, e a sua forma “terrivelmente cristã” de se manter no poder junto a jejuns, orações e liturgias para sensibilizar os cristãos. Antes, recapitula-se que, em maio de 2016, Bolsonaro já vinha vernizando de forma cristã sua figura pública, quando, dois meses após o lançamento de sua pré-candidatura à presidência pelo Partido Social Cristão (PSC), Bolsonaro – assumidamente católico – foi batizado nas águas do Rio Jordão, em Israel, pelo então presidente de seu partido, Pastor Everaldo (PY, 2020). No retorno para o Brasil, Bolsonaro vota publicamente pelo *impeachment* de Dilma Rousseff, entoando os seguintes dizeres:

Pela família, e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve. Contra o comunismo pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo. Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo exército de Caxias, pelas Forças Armadas, pelo Brasil acima de tudo e por Deus acima de tudo, o meu voto é sim (BOLSONARO, 2016a).

Na saída da plenária, Bolsonaro afirma: “votéi pelos valores cristãos e pela conservação da sociedade brasileira. Nós conservadores devemos nos unir em um projeto nacional” (BOLSONARO, 2016b). No caso, a ascensão e o governo Bolsonaro se possibilitaram pelo acúmulo da vivência da Ditadura civil-empresarial brasileira (na citação acima do torturador e assassino o Coronel Brilhante Ustra) e as demandas mais recentes dos cristianismos

hegemônicos fundamentalistas e conservadores (pelas citações do divino nas narrativas acima). Portanto, o bolsonarismo praticou uma síntese sem precedentes no Brasil de cristianismo fundamentalista, do poder e um extravasamento do conservadorismo.

Ao mesmo tempo, não se pode perder de vista que essa nova onda conservadora foi também alimentada pela ascensão de Novos Movimentos Sociais (MAINWARING, 1990). Eles deslocaram significativamente o enfoque classista e a luta por igualdade para lutas com demandas mais plurais, como as políticas de gênero, igualdade civil da população LGBTQIA+, movimentos antirracistas, entre outros, invariavelmente concentradas no reconhecimento da história dos direitos humanos. Esses movimentos colocaram em xeque os antigos enfiamentos sociais, que geraram uma nova reação social e no âmbito da historiografia, na qual estudiosos se mostraram reticentes em levar a sério o novo fenômeno – como também racharam a narrativa de estados democráticos ocidentais ao denunciarem seus pilares heteronormativos, patriarcais e majoritariamente brancos (GRACINO JR & SOUZA, 2020).

Para Federico Fichestein (2019) é possível descavar fenômeno próximos ao fascismo como Bolsonaro nos países como o Brasil a partir da década de 2000. Nessa época ocorre uma atuação de grupos que reivindicavam uma cidadania por reconhecimento de direitos que levaram à emergência de novo consenso jurídico-político que tem, ao menos no horizonte, a inclusão e o respeito às diferenças como condição para construção de uma sociedade mais justa e democrática (FICHESTEIN, 2019). Para os setores ligados ao *establishment*, seria uma “ameaça iminente à ordem estabelecida, ou, a conversação das estruturas sociais, das hegemonias e dos seus significados nas histórias nacionais” (SCHURSTER & TEIXEIRA DA SILVA, 2021).

Portanto, uma nova constituição do conservadorismo brasileiro foi também resposta à ampliação do consenso democrático, pós-derrocada do regime ditatorial (1964-1985) e consequência da promulgação da Constituição Cidadã de 1988. Isso fez emergir na história do Brasil movimentos pelos reconhecimento de direitos que traduziram-se em conquistas no âmbito jurídico, com leis que garantem direitos e visam ampliar a igualdade: entre gênero, raça e diversidade de orientação sexual; na esfera social, a partir de leis que estabelecem cotas para minorias no acesso aos ensinos médio, técnico e universitário, além da reserva de vagas em concursos públicos na

esfera federal; no âmbito da cultura, a partir da patrimonialização de uma série de bens culturais ligados às religiões de matriz africana, entre outros (GRACINO JR & SOUZA, 2020).

A ironia é que, após 1988, setores evangélicos nas arenas públicas oficiais muniram-se na reação com acenos aos demais segmentos cristãos (sobretudo católicos) politicamente em prol da conservação da “família tradicional brasileira” (CARVALHÃES & PY, 2017). Portanto, essa recente conexão entre cristianismos e conservadorismo não é nova na história do Brasil, entretanto, essa nova formatação fez-se de forma distinta, como um novo rosto que alimenta sobretudo faces ultraconservadoras e de até um fascismo cristão (cristofascismo). Assim, historiadores como Michel Ghermann, Karl Schurster (2020) passaram a assumir que o bolsonarismo é uma expressão do nazismo brasileiro.

Dessa forma, inicia-se o dossiê com o artigo “A invenção do mito – adesão evangélica ao bolsonarismo e a hipótese laclauniana”, no qual os professores Paulo Gracino Junior e Mayra Goulart Silvia discorrem sobre a construção do bolsonarismo a partir das teses de Ernesto Laclau, demonstrando que as denominações religiosas são tecnologias de organização social que atuaram como dispositivos de dominação política aderidas, em sua quase totalidade, à candidatura de Jair Bolsonaro.

Na sequência, temos o artigo “Disputa política ou batalha espiritual? Religião e moral conservadora em tempos de bolsonarismo”, de Edilson Márcio Almeida da Silva, Emanuel Freitas da Silva e Bruno Ferraz Bartel, que discute, sob uma perspectiva histórico-antropológica, as representações que têm perpassado o acionamento do lema “Deus, pátria e família” por uma parcela da população brasileira, mostrando certos componentes da gramática moral conservadora que conferiu contornos de uma guerra do Bem contra o Mal à disputa eleitoral.

O terceiro artigo do dossiê – escrito por José Wilson Assis Neves Júnior, Fabio Lanza e Luan Prado Piovani – analisa “A teologia da libertação sob prima investigativo do Serviço Nacional de Informações do Paraná (1964-1985)”, promovendo um mapeamento das principais lideranças do clero paranaense vinculadas à Teologia da Libertação, durante a Ditadura Militar.

O texto “Monoteísmo Político: a distinção mosaica e a oclocracia brasileira”, de Gustavo Claudiano Martins, comparara diferentes momentos

históricos em que a relação monoteísmo e Estado se fez presente para tentar compreender os elementos significativos dessa conexão.

O artigo intitulado “Representação política evangélica e rádios FM´s nas capitais brasileiras”, escrito por Valdemar Figueredo Filho, apresenta uma discussão sobre redes de comunicação evangélica e o monitoramento das performances pessoais dos parlamentares vinculados à “bancada evangélica” na Câmara dos Deputados na 56ª legislatura.

O professor Eliseu Pereira, autor do artigo “Teologia do Domínio: uma chave de interpretação da relação política evangélico-bolsonarista”, promove uma análise da aliança política entre as grandes corporações evangélicas com o governo, propondo a Teologia do Domínio (TD) como uma chave de interpretação desse fenômeno evangélico-político.

O texto do professor Celso Gabatz, “Os contornos retóricos, apelos à ignorância, ressentimentos, messianismos e conspirações na governança disruptiva bolsonarista”, analisa a recente conjuntura brasileira e um processo de polarização política, discutindo o avanço de teorias conspiratórias, os ressentimentos, o medo e os messianismos.

O artigo do historiador Ipojucan Dias Campos, “Laicização nupcial: religião e política (Belém-PA, 1890-1895)”, promove uma análise do Decreto 181/1890, que tornou laico o casamento, refletindo, em especial, sobre as influências republicana, católica e metodista desta forma de união.

Finalmente, encerrando a parte temática desse dossiê, temos o artigo “Ultramontanismo: um conceito histórico a ser compreendido”, do professor Robson Rodrigues Gomes Filho, que promove uma abordagem conceitual da palavra “ultramontanismo” e uma análise do movimento em seu contraste com outras tendências católicas. O autor finaliza com uma análise da relação entre o ultramontanismo e a consolidação do mundo moderno na Europa oitocentista, bem como o modo como, a partir dele, o catolicismo representou uma tentativa insistente de retorno ao passado face ao avanço da modernidade.

Na segunda parte desse volume, temos três artigos livres, o primeiro deles intitulado “História negra e o batismo de adultos escravizados em Taquari”, produzido por Karen Pires, Neli Machado e Yago Becker, que discorre sobre as relações de parentesco ritual e fictício entre os escravizados adultos com seus respectivos padrinhos e madrinhas por meio da documentação

histórica de registros de batismo da Paróquia de São José de Taquari, datados dos anos de 1805 a 1850.

O segundo artigo livre, dos professores Vagner Carvalheiro Porto e Juliana Figueira da Hora, intitulado “Gregos e romanos entre judeus: entre identidades e alteridades”, discute a força do judaísmo no Mediterrâneo, ao ponto de levar romanos e outros povos não-judeus a sua conversão ao judaísmo, além de promover uma reflexão sobre o embate cultural, político e religioso que se dá a partir da presença de romanos na região oriental, questionando a rigidez identitária de ambos, romanos e judeus.

Encerrando os artigos do volume, temos o texto “‘Nego’ era ‘barato’ perto do que eles diziam’: memórias de discriminação de ex-futebolistas negros que atuaram no interior do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XX”, de Christian Ferreira Mackedanz, Gorgina Helena Lima Nunes e Luiz Carlos Rigo, que analisa memórias de ex-futebolistas negros que atuaram em clubes das cidades de Pelotas e Rio Grande a partir da segunda metade do século XX.

Por fim, temos a resenha que compõe esse volume, intitulada “Circulação de ideias na Guerra Fria: Sobre a não linearidade entre pretensões pessoais e projetos institucionais”, de Luccas Eduardo Maldonado, que promove uma análise da obra “O segredo das senhoras americanas”, do professor Marcelo Ridenti, publicada em 2022 pela editora da UNESP.

Os editores

## Referências bibliográficas

BOLSONARO, J. Bolsonaro na saída do voto contra Dilma, **Youtube**, 2020b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WvN7nYxbH-o>. Acesso em 31 mar. 2023.

CARVALHÃES, C; PY, F. Teologia da libertação: história, temas e nomes, **Crosscurrents**, v.67, n.1, 2017.

FICHESTEIN, F. **Do fascismo ao populismo na história**. São Paulo: Almedina, 2019.

GRACINO JR, P; SOUZA, C. H. Evangélicos e conservadorismo – afinidades eletivas: as novas configurações da democracia no Brasil. **Horizonte**, v.18, n.57, 2020.

MAINWARING, S. **Igreja Católica e política no Brasil: 1916–1985**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PODER 360. Bolsonaro cita Ustra no voto pelo *impeachment* de Dilma Rousseff. **Youtube**, 17 abr. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WvN7nYxbH-o>. Acesso em 31 mar. 2023.

PY, F. Padre Paulo Ricardo: trajetória política digital recente do agente ultracatólico do cristofascismo brasileiro. **Tempo & Argumento**, n.34, v.13, 2021.

SCHURSTER, K.; TEIXEIRA DA SILVA, F. C. Militares y bolsonarismo: un caso de transición fallida y democracia inacabada. **Relaciones Internacionales**, v. 30, 2021.

SCHURSTER, K.; GHERMAN, M. Como Lidar com os Fascismos Hoje? **Cadernos do Tempo Presente**, v. 11, p. 3, 2020.